



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90010-395 -
Fone: (51)3213-3232

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL Nº
5016942-62.2018.4.04.7107/RS

RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI

EMBARGANTE: DARIO ANTONIO CAVICHIONI (RÉU)

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO.
INOVAÇÃO RECURSAL. ESCLARECIMENTOS.
SEM ALTERAÇÃO DO JULGADO.

1. Apesar de tratar-se de inovação recursal, diante da inércia do contribuinte, a fiscalização, valendo-se do poder que a legislação lhe confere, nos termos da Lei Complementar n. 105/2001, solicitou os extratos bancários às instituições financeiras. Portanto, não há falar em ausência de decisão fundamentada, quando a referida solicitação vem lastreada em todo o procedimento fiscal iniciado previamente.

2. A Receita Federal, no exercício de suas atribuições teria o poder-dever de, detectados indícios da prática de delitos criminais, sem a necessidade de autorização judicial, agir e compartilhar informações com o Ministério Público, tal como prevê o art. 83, da Lei n. 9430/96.

3. Omissões sanadas sem, contudo, alterar o julgado.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, dar parcial provimento aos embargos de declaração, tão somente, para esclarecer a omissão apontada, sem contudo, alterar o julgado, nos termos da fundamentação, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Porto Alegre, 05 de maio de 2020.

Documento eletrônico assinado por **CLÁUDIA CRISTINA CRISTOFANI, Desembargadora Federal Relatora**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40001676567v5** e do código CRC **bd5458b9**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): CLÁUDIA CRISTINA CRISTOFANI

Data e Hora: 5/5/2020, às 16:14:54

5016942-62.2018.4.04.7107

40001676567.V5



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90010-395 -
Fone: (51)3213-3232

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL Nº
5016942-62.2018.4.04.7107/RS

RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI

EMBARGANTE: DARIO ANTONIO CAVICHIONI (RÉU)

RELATÓRIO

Cuida-se de Embargos de Declaração, interpostos por DARIO CAVICHIONI, contra acórdão em que, a Sétima Turma, à unanimidade, deu parcial provimento ao apelo, nos termos da seguinte fundamentação:

CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SIGILO FISCAL. COMPARTILHAMENTO PELA RECEITA FEDERAL. TEMA 990. REPERCUSSÃO GERAL DECIDIDA PELO STF. LEGITIMIDADE. PROCEDIMENTO FISCAL. DOLO. OMISSÃO DE RENDIMENTOS. DOSIMETRIA. REINCIDÊNCIA. AFASTAMENTO. CAUSA ESPECIAL DE AUMENTO. ART. 12, DA LEI N. 8.137/90. INVIABILIDADE. CONTINUIDADE DELITIVA. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DAS PENAS. SUBSTITUIÇÃO POR RESTRITIVA DE DIREITOS. 1. Possível a busca de informações diretamente pelo fisco e permitida a utilização dos dados obtidos pela Receita Federal para fins de instrução penal, não há irregularidades no feito. 2. Demonstrada, de forma dolosa, a omissão de rendimentos, caracterizado o delito de sonegação fiscal. 3. Não se trata de mero inadimplemento tributário, pois o apelante omitiu grande parte da receita auferida em quatro anos consecutivos. 4. A condenação considerada para fins de reincidência ocorreu após os fatos apurados neste feito, devendo, assim ser afastada a referida agravante. 5. O grave dano à coletividade enseja a aplicação da causa de aumento do art. 12, inc. I, da Lei n. 8.137/90 quando o valor originário ultrapassa o patamar de R\$ 1.000.000,00. Precedentes. 6. Considerando que a conduta ilícita perpetrou-se em quatro oportunidades, acertado percentual de 1/4 à continuidade delitiva. 7. Afastada a reincidência, possível a fixação de regime inicial aberto para o início do cumprimento das penas e a substituição por restritiva de direitos.

Sustenta a defesa do embargante, em síntese, que não foram devidamente enfrentadas todas as teses aventadas no recurso. Aduz que a situação posta nos autos representa *distinguishing* do *leading case* julgado pelo STF, a qual permitiu o compartilhamento de dados bancários. Alega que, na hipótese, houve, apenas, o preenchimento formal de formulários para se ter acesso à referida prova e não decisão administrativa devidamente fundamentada, assim como,

depois disso, inexistiu decisão administrativa específica que justificasse a imperiosidade do compartilhamento de tais dados com o MPF para fins de *persecutio criminis*. Pugna pelo esclarecimento da omissão e pelo acolhimento dos aclaratórios.

É breve o relatório. Em mesa.

Documento eletrônico assinado por **CLÁUDIA CRISTINA CRISTOFANI, Desembargadora Federal Relatora**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40001676565v3** e do código CRC **807c1598**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): CLÁUDIA CRISTINA CRISTOFANI

Data e Hora: 17/3/2020, às 19:35:42

5016942-62.2018.4.04.7107

40001676565 .V3



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90010-395 -
Fone: (51)3213-3232

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL Nº
5016942-62.2018.4.04.7107/RS

RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI

EMBARGANTE: DARIO ANTONIO CAVICHIONI (RÉU)

VOTO

Sustenta o Embargante haver omissões no julgado, ao argumento de que não foram devidamente enfrentadas todas as teses aventadas nos recursos.

Da leitura do Acórdão hostilizado, é possível verificar-se a existência de pequena omissão apontada pela Defesa. Entretanto, o julgado comporta, apenas, esclarecimentos pela Sétima Turma desta Corte, não carecendo de qualquer reparo.

1. Da omissão: compartilhamento da prova e a falta de decisões administrativas motivadas

Aduz a defesa que houve omissão no julgado por não cotejar, expressamente, a alegação de que havia ausência de motivação nas decisões administrativas em relação à necessidade do compartilhamento da prova.

Pois bem. De início, seria inadmissível o acolhimento de manifestação não articulada em alegações finais (evento 73), ventilada apenas em grau de apelo (evento 16 destes autos), sob pena de supressão de instância, vedada pelo ordenamento jurídico. Com efeito, embora a apelação possa devolver ao conhecimento do Tribunal toda a matéria decidida pelo julgador monocrático, a questão deve ter sido lá debatida.

Não se mostra razoável que novo advogado, constituído para ofertar as razões de apelo, venha aos autos e protocole "defesa complementar" pretendendo suprir eventuais omissões, porquanto já houve a manifestação do juízo acerca dos fatos. Caso se aceitasse a apresentação de novas teses, seria necessário o retorno dos autos ao 1º grau e ao órgão acusatório para nova manifestação.

Por certo, esta regra não engloba as questões de ordem pública, as quais podem ser reconhecidas a qualquer tempo e grau de jurisdição, ainda que de ofício pelo julgador. Todavia, a situação

delineada nos autos, não se coaduna com essa hipótese. Por conseguinte, impossível a formulação de novos pedidos.

Entretanto, ainda que assim não se entendesse, importa consignar que os atos administrativos estavam devidamente fundamentados.

Compulsando atentamente o procedimento fiscal, verifica-se que as investigações tiveram início com base na movimentação bancária da empresa. Ou seja, através da CPMF, verificou-se a saída de recursos das contas bancárias do contribuinte em valor substancialmente superior àqueles rendimentos apresentados na declaração de rendas (ev. 1 - ev. 1 - NOT-CRIME6 - p. 112 e p. 114). Veja-se, respectivamente:

Nome Empresarial / Nome:	CAFE COLONIAL MAMMA MIA LTDA	UF: RS
Endereço:	AV. DAS HORTÊNSIAS 3400 SUBSOLO - SALA 02	Expedido em 05/04/2005
Município:	GRAMADO	
Mandado de Procedimento Fiscal - Fiscalização nº:	1010600/00181/2005	

ENQUADRAMENTO (art. 3º do Decreto nº 3.724, de 2001)

- ☐ I - Subavaliação de valores de operação, inclusive de comércio exterior, de aquisição ou alienação de bens ou direitos, tendo por base os correspondentes valores de mercado;
- ☐ II - Obtenção de empréstimos de pessoa jurídica não financeira ou de pessoas físicas, quando o sujeito passivo deixar de comprovar o efetivo recebimento dos recursos;
- ☐ III - Prática de qualquer operação com pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada em país enquadrado nas condições estabelecidas no art. 24 da Lei nº 9.430 de 27 de dezembro de 1996;
- ☐ IV - Omissão de rendimentos ou ganhos líquidos, decorrentes de aplicações financeiras de renda fixa ou variável;
- ☒ V - Realização de gastos ou investimentos em valor superior à renda disponível;
- ☐ VI - Remessa, a qualquer título, para o exterior, por intermédio de conta de não residente, de valores incompatíveis com as disponibilidades declaradas;
- ☒ VII - Hipóteses previstas no art. 33 da Lei nº 9.430, de 1996;
- ☐ VIII - Pessoa jurídica enquadrada, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), nas seguintes situações cadastrais:
 - a) cancelada;
 - b) inapta, nos casos previstos no art. 81 da Lei nº 9.430, de 1996;
- ☐ IX - Pessoa física sem inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou com inscrição cancelada;
- ☐ X - Negativa, pelo titular de direito da conta, da titularidade de fato ou da responsabilidade pela movimentação financeira;
- ☐ XI - Presença de indício de que o titular de direito é interposta pessoa do titular de fato.

RELATÓRIO

Os dados colhidos junto ao setor de Seleção e Preparo da Ação Fiscal indicam, com base na CPMF, saída de recursos das contas bancárias do contribuinte em valor substancialmente superior aos rendimentos declarados pelo mesmo, configurando-se assim, a hipótese prevista no inciso V do art. 3º do Dec. 3.724/01. Intimado a apresentar os extratos bancários das referidas contas, o contribuinte simplesmente omitiu-se, não respondendo, até a presente data, à intimação recebida, caracterizando a hipótese prevista no art. 33, inciso I da Lei 9.430/96.

CAXIAS DO SUL/RS, 24 de MAIO de 2005.

Documento de 287 páginas confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço <https://cav.receita.fazenda.gov.br/cac/publico/login.asp>
AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL e a página de autenticação no final deste documento.
 Emitido físico em 15/12/2017 por ANA REGINA DANI BENVENUTTI

Nesse contexto, solicitou-se ao contribuinte a apresentação de extratos bancários, os quais não foram apresentados. Assim, diante da inércia do contribuinte, a fiscalização (ev. 1. NOT CRIME3 - fl. 154), valendo-se do poder que a legislação lhe confere, nos termos da Lei Complementar n. 105/2001, solicitou os extratos bancários às instituições financeiras. Portanto, não há falar em ausência de decisão fundamentada, quando a referida solicitação vem lastreada em todo o procedimento fiscal iniciado previamente.

Desse modo, na espécie, o Colegiado, à unanimidade, firmou convicção de que era legítimo o compartilhamento de dados obtidos pela Receita Federal, pela Unidade de Inteligência Financeira (UIF) com o Ministério Público e as autoridades policiais, para fins de investigação criminal, da integralidade dos dados bancários e fiscais do contribuinte, sem a necessidade de autorização prévia do Poder Judiciário, assentando a sua constitucionalidade.

Por outras palavras, ainda que a defesa sustente ausência de fundamentação e violação ao princípio da reserva de jurisdição, fato é que a decisão estava lastreada e devidamente fundamentada na esfera administrativa, entendendo, ainda, o Colegiado que a Receita Federal, no exercício de suas atribuições teria o poder-dever de, detectados indícios da prática de delitos criminais, sem a necessidade de autorização judicial, agir e compartilhar informações com o Ministério Público, tal como prevê o art. 83, da Lei n. 9430/96. Ou seja, a ela é possível compartilhar elementos de informação, como o fez nestes autos.

Dessa forma, sanada a omissão, esclarecem-se as questões aventadas sem, contudo, modificar o julgado.

2. Conclusão

Ante o exposto, voto por dar parcial provimento aos embargos de declaração, tão somente, para esclarecer a omissão apontada, sem contudo, alterar o julgado, nos termos da fundamentação.

Documento eletrônico assinado por **CLÁUDIA CRISTINA CRISTOFANI, Desembargadora Federal Relatora**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40001676566v14** e do código CRC **6bab910d**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): CLÁUDIA CRISTINA CRISTOFANI
Data e Hora: 24/4/2020, às 16:44:59

5016942-62.2018.4.04.7107

40001676566.V14